

O Papel Estratégico do Movimento Popular para a Democracia Popular - o aprendizado dos anos 80 e 90*

Euclides André Mance
IFIL, Curitiba, 08 / 2007

Introdução

O debate sobre a organização do movimento popular no Brasil nas décadas de 80 e 90 levou a uma profunda reflexão sobre as concepções de movimento popular e seu papel estratégico para a construção e consolidação da hegemonia do projeto político democrático e popular no país, frente aos projetos autoritário, neoliberal e social-democrata.

As estratégias das forças de esquerda que buscam a implementação de *um projeto político democrático e popular*, que refutam a ditadura do proletariado e igualmente a tese de um partido único na transição para o socialismo democrático, afirmam a autonomia e a democracia dos movimentos sindicais e populares como princípios básicos para a sua organização, funcionamento e encaminhamento de suas lutas. Essas forças de esquerda têm a clareza de que o socialismo democrático somente se constrói com o fortalecimento dos diversos atores sociais-populares, partidos, movimentos, entidades da sociedade civil, em torno de um projeto político de superação do modo capitalista de organizar a produção de riquezas e a reprodução social, bem como a dominação cultural e a privatização do Estado.

Os objetivos que os movimentos sociais-populares perseguem e o modo de organizarem a população na luta por esses objetivos estão vinculados, explícita ou implicitamente, a determinadas estratégias e projetos políticos. Algumas dessas estratégias são constituídas democraticamente pelos próprios movimentos em suas instâncias organizativas; outras são elaboradas no interior de partidos, igrejas e agrupamentos político-ideológicos que operam como tendências,

* Apresentado no seminário *Memória de Luta pelos Direitos Humanos no Brasil - Direito à Memória e à Verdade*. Brasília, MNDH, 17 de agosto de 2007

definindo-se o papel e o modelo de organização para esses movimentos que, assim, passam a ter uma função tática na realização de tais estratégias.

Sob uma perspectiva histórica, o modo democrático e popular de articulação dos diversos movimentos sociais-populares e de unificação de suas lutas deve ser democraticamente definido por eles próprios, em suas instâncias, no horizonte de uma estratégia global que facilite o avanço concreto de suas lutas específicas e imediatas rumo à transformação das estruturas de exploração, dominação e exclusão peculiares ao capitalismo, a fim de superá-lo, compondo, portanto, a realização dos seus objetivos conjunturais com o acúmulo de forças para a realização dos objetivos históricos das classes populares.

Foi nesse debate sobre como unificar lutas e articular movimentos, compor objetivos imediatos com objetivos históricos, enfrentar estruturas seculares de exploração e dominação, construir novos modos de satisfação das necessidades sociais e de transformação cultural, fortalecendo com essas ações a democracia popular, que emergiu o conceito de *eixo de lutas* ao longo de todo um percurso de organização e debate no seio dos movimentos populares durante os anos 80 e 90. Faremos aqui um breve resgate histórico desse percurso, reservando o final da exposição para uma apresentação sintética da categoria *eixo de lutas* como elemento imprescindível à construção e consolidação da democracia popular.

A Articulação dos Movimentos Populares e Sindicais

Na segunda metade dos anos 70, após a fase mais repressiva da ditadura militar, parte dos movimentos sociais-populares viveu uma fase de ascensão. Tanto no campo do *movimento popular*, partindo-se de questões concretas, de necessidades imediatas vinculadas à reprodução social tais como o custo de vida, moradia, transporte, saneamento, educação, etc., quanto no campo do *movimento sindical*, partindo-se das campanhas salariais e do trabalho de organização das oposições sindicais, tais movimentos avançaram na exigência da participação popular e da redemocratização do Estado, conquistando espaços para a atuação estratégica de forças políticas comprometidas com as aspirações populares.

Também nesse período, grande parte das associações de bairros estava atrelada e cooptada, nas esferas municipal e estadual, por políticos do partido de sustentação da ditadura, a Arena. Igualmente, grande parte dos sindicatos estava cooptada pelo patronato e agia com subserviência ao Estado Autoritário.

Quando ocorre a reformulação partidária em 1980 com o surgimento de PDS, PMDB, PTB, PDT e PT, havia basicamente uma polarização entre duas concepções e práticas de *movimento popular* no Brasil: a *concepção conservadora*, de direita, que integrara o movimento de bairro como instrumento de prestação de serviço do Estado e espaço de clientelismo político; e a *concepção tática*, de esquerda, da necessidade de mobilizar as massas levando as palavras de ordem política de defesa da democracia, da livre organização dos trabalhadores, pela anistia, eleições diretas, bem como na sustentação concreta dos embates do movimento sindical - como na histórica greve de 80 que mobilizou em seu apoio os movimentos populares, não só do ABC paulista, mas em vários municípios da região sudeste e sul do país e de outras regiões nacionais na manutenção do Fundo de Greve¹.

Já nesse período, em algumas práticas de *movimento popular* apontava-se embrionariamente para um movimento independente, classista, de massas, democrático e autônomo em relação ao Estado, partidos, igrejas e sindicatos, que se configurará, posteriormente, como a *concepção estratégica de movimento popular*.

Na década de 80, várias correntes socialistas compreendiam o papel estratégico do movimento sindical para a construção do socialismo; quanto ao movimento popular, entretanto, embora não explicitada, havia em geral uma *concepção tática* de que seu papel era apoiar o movimento sindical e partidário, argumentando-se que os movimentos

¹ “40 mil metalúrgicos decidem em Vila Euclides que a greve prossegue, agora com nova exigência: a libertação de seus líderes. Constata-se ainda que a paralisação aumenta, chegando mesmo às pequenas e médias empresas; e as manifestações de solidariedade crescem em todo o país, unificando os verdadeiros oposicionistas em torno de uma luta concreta. Essa união possibilita que 1.400 famílias de operários sejam atendidas diariamente pela organização, que distribui 2,5 toneladas/dia de alimentos”. Jornal “Movimento”, nº 255, de 19 a 25/05, p.13.

populares não superariam as lutas reivindicatórias, localizadas e fragmentadas, não sendo capazes de afetar as estruturas do modo de produção capitalista. Nos anos 80, um tanto associada a essa visão, falava-se de uma espécie de “teoria da escadinha” na trajetória de atuação dos militantes: para muitos o primeiro degrau era a ação pastoral ou atuação nas comunidades eclesiais de base; depois passavam pelo movimento popular, em seguida pelo movimento sindical e, por fim, chegavam ao Partido Político. Para muitos, as comunidades de base ou movimentos populares eram principalmente uma sementeira de lideranças, cujas melhores deveriam posteriormente ser melhor aproveitadas na ação sindical ou partidária – esferas consideradas realmente estratégicas para a transformação estrutural do país.

Por sua vez, o desenvolvimento de uma *concepção estratégica* de movimento popular no Brasil, na segunda metade dos anos 80, está associado ao percurso da Anampos – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais, que atuou em prol da fundação da Central Única dos Trabalhadores em 1983 e que existirá até a fundação da Central de Movimentos Populares, dez anos depois.

A Anampos foi organizada em fevereiro de 1980, em um encontro realizado em João Monlevade, convocado pelo sindicato dos metalúrgicos daquela cidade, e realizado com o objetivo de “... resultar em uma identificação de estratégias, metas e princípios consensualmente aceitos, para alterar qualitativamente as formas de atuação sindical, tendo em vista seu revigoramento buscando a adesão de outros setores atuantes no campo e na cidade.”² Ao final do documento do Encontro lê-se: “os participantes do Encontro de João Monlevade, dirigentes sindicais, líderes operários e militantes do movimento popular – comprometem-se a encaminhar essas proposições às bases, a fim de que sejam discutidas. Todavia reconhecem nessas proposições, pontos fundamentais que asseguram a sua unidade de ação na atual conjuntura e norteiam os seus passos futuros na luta. Propõem-se, desde já, multiplicar os encontros como este, a fim de articular o movimento popular engajado na busca

² MANCE, Euclides André (org.). *Anampos – Relatório dos Encontros Nacionais (a concepção e o papel estratégicos do movimento sindical e popular – 1980 a 1989)*. [I Encontro – Documento de Monlevade, fev. 1980] Curitiba, CEFURIA, 1990, p. 5

libertação integral do povo brasileiro”³. A maioria dos participantes representava sindicatos, associações profissionais, havendo também representantes da pastoral operária e de Comunidades Eclesiais de Base. O conceito de movimento popular, aqui, abrange as diversas formas de organização do povo em sua luta pela libertação popular.

Esse conceito de movimento popular será explicitado no Encontro de Taboão da Serra, em julho de 1980: “Por movimento popular entendemos todas as formas de mobilização e organização de pessoas das classes populares diretamente vinculadas ao processo produtivo, tanto na cidade quanto no campo. São movimentos populares as associações de bairros da periferia, os clubes de mães, as associações de favelados, os grupos de loteamento clandestino, as comunidades de base, os grupos organizados em função da luta pela terra e outras formas de lutas e organizações populares. É também parte integrante do movimento popular o movimento sindical que, pela sua própria natureza, possui um caráter de classe definido pelas categorias profissionais que o integram.”⁴

Essa definição do movimento popular como aquele vinculado ao processo produtivo se justifica pelo forte apoio às lutas sindicais pelos demais movimentos naquele período, o que por sua vez, segundo os participantes do Encontro, acabaria conferindo um caráter classista mais acentuado ao movimento popular: “nos últimos anos o movimento sindical tem encontrado nos bairros, animados pelos movimentos populares, um campo de apoio e de trabalho decisivo à sua organização e lutas. Ao mesmo tempo, a repressão e o controle direto nos ambientes de trabalho, fazem com que o bairro seja um local de mobilização do próprio movimento sindical. Nesta interrelação, o movimento popular adquire sempre mais um caráter de classe, pois assume como suas lutas dos trabalhadores. Foi o que se viu recentemente na greve do ABC paulista.”⁵

Vemos, portanto, que o conceito singular de Movimento Popular, expresso no documento, abarca tanto os movimentos populares (no plural) quanto o movimento sindical. E que, segundo os participantes

³ *Idem*, p. 9.

⁴ MANCE. *Op cit.* [II Encontro – Documento de Taboão da Serra, julho de 1980], p.6.

⁵ *Idem*, p.10

do Encontro, os movimentos populares, ao apoiarem o movimento sindical, adquirem sempre mais um caráter de classe. Apontando caminhos para interligar o movimento sindical com outras organizações populares, o documento afirma: “Dentro do princípio de que o movimento sindical não deve isolar-se dos outros movimentos populares, mas considerar-se parte deles, existe a necessidade urgente de rompermos com os preconceitos, tanto do movimento sindical como dos demais movimentos populares difundidos pela ideologia dominante e que em nada contribuem para a efetivação dessa interligação.”⁶ E propõe-se três ações: a) solidariedade na cooperação dos sindicatos, que deveriam imprimir e divulgar materiais e práticas das organizações populares ao passo que os movimentos populares divulgariam as lutas sindicais nos bairros, facilitando a participação das famílias nas categorias; b) “as bandeiras dos movimentos populares que visam a melhoria das condições de vida da população (saúde, habitação, educação, transporte, etc.), também devem ser apoiadas pelos sindicatos”; c) os sindicatos criarem subsedes no território de sua abrangência, visando “... abrir a participação a outros movimentos populares (grupos de cultura operária, grupos de mulheres, bairros, etc.). Que os sindicatos contratem assessorias especializadas no campo social, a fim de facilitar o intercâmbio entre os movimentos sindical e popular. Em resumo, que os sindicatos e os outros movimentos populares discutam permanentemente entre si todas as bandeiras comuns e formas de solidariedade.”⁷ Entre vários outros representantes de organizações sindicais, populares e eclesiais, participaram desse encontro Luís Inácio da Silva, João Pedro Stedile, Frei Betto e Selvino Heck.

Tem-se aqui o início de um interessante debate que encontrou soluções diferenciadas no conjunto do movimento, mas que ainda, até hoje, permanece carente de um aprofundamento orgânico pelo conjunto dos atores populares: a solidariedade em torno de bandeiras comuns, que resultará posteriormente na elaboração estratégica sobre os *eixos de luta*. Veremos aqui, rapidamente, como esse problema foi sendo equacionado no seio da Anampos durante os anos 80 até o início dos anos 90.

⁶ *Idem*, p. 14

⁷ *Idem*, p. 14

No Encontro de Vitória (junho de 1981), a Anampos se definiu como “... uma articulação de movimentos populares e sindicais. Um espaço no qual esses movimentos podem se encontrar, trocar experiências e acertar pontos comuns de lutas, sem prejuízo de sua autonomia e especificidades. Nesse sentido, não podemos ser confundidos com uma organização ou partido político, nem uma corrente ou tendência do movimento sindical e popular. A articulação é apartidária e defende o princípio de autonomia do movimento popular e sindical frente aos partidos políticos, embora com pleno respeito às opções partidárias dos que dela participam.”⁸

Como se vê, o conceito de Movimento Popular compreendido como “todas as formas de mobilização e organização de pessoas das classes populares diretamente vinculadas ao processo produtivo, tanto na cidade quanto no campo”, começa a apresentar dificuldades do ponto de vista de definição da própria identidade da Anampos, como articulação de movimentos populares e sindicais – pois certas tendências, correntes e partidos políticos, como formas de organização e mobilização, também poderiam ser abrangidos por essa definição de Movimento Popular, uma vez que seus membros poderiam ser “pessoas das classes populares diretamente vinculadas ao processo produtivo, tanto na cidade quanto no campo”. E, portanto, qual seria a relação dessas formas de mobilização e organização com a Anampos? O Encontro reserva, então, um parágrafo do documento final, que citamos acima, para o esclarecimento dessa relação em que se afirma a autonomia dos movimentos populares e sindicais frente aos partidos políticos. Esclarece também que essa Articulação se pretende um espaço para que os movimentos sindicais e populares possam acertar pontos comuns de lutas, resguardando-se suas autonomias e especificidades. Nesse sentido, coloca-se na agenda comum a preparação de uma Greve Geral, de uma Conferência Nacional da Classe Trabalhadora e da discussão, desde as bases, da criação futura de uma Central Única dos Trabalhadores, “...para que seja reconhecida como necessidade fundamental e construída com ampla participação”.

Embora não fosse difícil conceber o movimento popular como um movimento de expressão da classe trabalhadora em seu conjunto, e

⁸ MANCE. *Op cit.* [III Encontro – Documento de Vitória, junho de 1981], p.17.

algumas ações pudessem integrar a todos, tal como a realização do Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras, por outro lado o desafio de construir uma estrutura organizativa adequada ao conjunto do movimento, assegurando as autonomias e especificidades de cada segmento em particular, parecia quase impossível, dada a diversidade de movimentos sindicais e populares, rurais e urbanos, bem como de concepções e estratégias defendidas por distintos atores inscritos na própria classe trabalhadora. Havia divergências inclusive quanto a conveniência de manter-se ou adiar-se a própria realização do Conclat em 1982 e, por fim, houve uma divisão no movimento nacional. No Conclat realizado em agosto de 1983 em São Bernardo do Campo, com a participação de 5 mil delegados foi fundada a CUT e, noutro congresso, realizado em novembro na Praia Grande, foi criada a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras, futura CGT.

Nos anos seguintes, o setor sindical da Anampos, como não poderia deixar de ser, passou a priorizar a organização e fortalecimento da CUT. Mesmo que o documento do Encontro de Goiânia (1982) afirmasse que ficaram em aberto questões a “ser melhor discutidas no interior da Anampos para uma definição posterior”⁹, sendo a primeira delas “a participação orgânica dos Movimentos Populares na estrutura da CUT”¹⁰, fato é que a CUT se constituiu em 1983 como uma Central Sindical, não havendo possibilidade de a ela filiar-se o conjunto das demais organizações do Movimento Popular. Uma vez fundada a CUT, aprofunda-se no setor popular da Anampos o debate sobre como articular os movimentos populares e avançar na unificação das lutas da classe trabalhadora. Nesse sentido, a Anampos em seu conjunto passou a insistir na importância de Planos de Lutas unificados.

Afirma o Documento de Goiânia (1982) que “sobre a articulação entre os setores sindical urbano, sindical rural e popular, foi reafirmado a necessidade desta articulação. Esta articulação precisa avançar em cima das lutas concretas dos trabalhadores: posse da terra, eleições sindicais, etc.”¹¹ Compreende-se, portanto, que a unificação das lutas da classe trabalhadora não se faz mediante a existência de

⁹ MANCÉ. *Op cit.* [IV Encontro – Documento de Goiânia, junho de 1982], p.23.

¹⁰ *Idem*, p.26

¹¹ *Idem*, p. 27

uma entidade única que unifique todo o Movimento Popular – isto é, o conjunto dos movimentos sindical e popular –, mas que a articulação dos diversos segmentos deve ocorrer “em cima das lutas concretas”, como veremos posteriormente.

Já no Encontro de São Paulo (1984), elaboram-se planos de trabalho para o Setor Sindical e para o Setor Popular da Anampos. Afirma-se que é preciso “...articular os movimentos populares de baixo para cima: articular os movimentos populares nas Regiões, nos Estados, até se chegar à construção de uma articulação nacional que realmente represente e seja capaz de encaminhar as lutas a nível nacional. (...) Fica reafirmada a necessidade de avançar no relacionamento entre o setor sindical (hoje a CUT) e o setor popular. Este relacionamento deve se dar em cima das lutas concretas. Este relacionamento deverá se dar, no futuro, entre a CUT (setor sindical) e o movimento popular em nível nacional. Juntas deverão deliberar sobre o encaminhamento das lutas e sobre o seu relacionamento.”¹²

Aos poucos, no interior da Anampos, uma concepção estratégica de movimento popular vai tomando corpo. No encontro de Vitória, em 1985, “composto basicamente de militantes do Movimento Popular de vários Estados, contando também com a presença de alguns sindicalistas”¹³ após uma avaliação das lutas e das articulações dos movimentos populares nos estados e de uma análise de conjuntura, debateu-se sobre os caminhos para a unificação dos movimentos populares, considerando-se o nível das lutas e o nível das articulações e entidades. Afirma-se que “o grande desafio que se coloca hoje para o Movimento Popular é a criação de uma entidade nacional que contemple no seu interior movimentos populares tão diversos em termos de reivindicações e tão heterogêneos em termos organizativos”¹⁴. Aponta-se então a importância de uma Central de Movimentos Populares: “é fundamental, para superar as dificuldades e carências do Movimento Popular já apontadas, que este se articule através de um canal institucional em termos de Brasil.”¹⁵ É estabelecida uma estratégia para que “a discussão de sua criação seja

¹² MANCE. *Op cit.* [V Encontro – Documento de São Paulo, maio de 1984], p.33.

¹³ MANCE. *Op cit.* [VI Encontro – Documento de Vitória, setembro de 1985], p.38.

¹⁴ *Idem*, p.41

¹⁵ *Idem*, p.41

levantada amplamente no bojo dos movimentos e entidades, garantindo a sua estruturação a partir das bases”¹⁶, assegurando-se participação de entidades formais e informais, do campo e da cidade, em toda a sua heterogeneidade, para “...que sua criação se dê em congresso amplo e democrático, após suficientemente debatida e enriquecida nos diversos movimentos e entidades”¹⁷.

Enfim, tratava-se de manter uma pauta de lutas unificada nacionalmente, integrando os movimentos do campo e da cidade, populares e sindicais, e constituir uma Central de Movimentos Populares que juntamente com a CUT cumprissem um papel nacional no fortalecimento das lutas da classe trabalhadora.

No Encontro de Mendes, em setembro de 1987, há um debate sobre a caracterização do Movimento Popular, desdobrado em seis aspectos.

“a) Formação da consciência de classe (...): A forma como vemos o mundo interfere no modo como vamos intervir na realidade onde vivemos. (...) O Movimento Popular é um instrumento que contribui para clarearmos nossa visão de mundo, levando nossa consciência à uma compreensão transformadora.

b) Conquista de melhorias imediatas: O Movimento Popular é também um potente instrumento de luta pelo atendimento das necessidades existentes ao nível da produção e troca de mercadorias, da reprodução da força de trabalho e contra as discriminações político-ideológicas existentes na sociedade. Ao nível da produção temos como exemplo a luta por melhores transportes; da troca temos a organização de compras comunitárias; da reprodução da força de trabalho, temos a luta por moradia, saúde, terra, preservação do meio ambiente; da discriminação político-ideológica temos a luta dos deficientes, mulheres, índios, negros, etc.(...)

c) Distinção do movimento sindical: (...) Os Movimentos Populares... envolvem trabalhadores das mais diversas categorias (inclusive autônomos, aposentados, desempregados, etc.) e suas famílias (estudantes, donas-de-casa, etc.), tendo em comum necessidades ou discriminações que nem sempre afetam a todos (transporte, habitação,

¹⁶ *Idem*, p.41

¹⁷ *Idem*, p.42

educação, meio-ambiente, lazer, creches, discriminação racial, sexual, etc.). Os Movimentos Populares surgem devido à precariedade da situação de vida do trabalhador. (...)

d) Cooptação feita pelo estado: (...) Desde os anos 50 existem tentativas de diversas prefeituras de incentivar a criação destas entidades [que aglutinam moradores] com o objetivo de atrelá-las ao poder municipal e usá-las como ‘correia de transmissão’ dos políticos no poder. Entretanto, quando essas entidades conseguem manter-se com o compromisso exclusivo de serem representantes dos moradores e de seus interesses, elas são um passo na organização das lutas...

e) O que é movimento popular: (...) a partir das necessidades não supridas pelo Estado e pela discriminação racial e social cristalizada no seio da sociedade burguesa, surge o movimento popular. Seu papel é conquistar o atendimento das necessidades imediatas da população e alterar o padrão das relações sociais discriminatórias. Nesse processo vai-se construindo o Poder Popular. (...)

f) A necessidade de articulação: Nossa tarefa é construir uma entidade nacional de acordo com a realidade brasileira. Uma entidade que aglutine, represente, fortaleça e dirija todos os movimentos populares existentes. Dessa forma, a entidade nacional irá de maneira mais eficaz, organizada e representativa, desempenhar o seu papel que é de: conquistar reivindicações imediatas; apresentar propostas de gestão para a política governamental; enfrentar a ideologia dominante, a discriminação e o preconceito; desenvolver nesses processos a consciência de classe dos trabalhadores; contribuir para a transformação da sociedade capitalista.”¹⁸

Conforme o documento, caberia ao próximo Encontro Nacional, definir o congresso de fundação da Entidade Nacional dos Movimentos Populares, precedidos de encontros regionais e estaduais para eleger delegados e observadores.

Mas que formato organizativo deveria ter essa entidade para articular “movimentos populares tão diversos em termos de reivindicações e tão heterogêneos em termos organizativos”?

¹⁸ MANCE. *Op cit.* [VII Encontro – Documento de Mendes, setembro de 1987], p.45-48.

A resposta viria da reflexão sobre as próprias lutas concretas desses movimentos, que atravessou fases distintas no período do final da ditadura até os anos 90.

Se, na segunda metade da ditadura, os movimentos sociais-populares ressurgiram *reivindicando* soluções para os seus problemas concretos e, *resistindo* à repressão do Estado, politizarem-se, exigindo a *redemocratização* e a *participação popular*; por outra parte, com o fim da ditadura militar e com o processo de redemocratização, de 1980 a 1986, o movimento popular viveu uma *nova fase*, adquirindo o papel de *interlocutor junto ao Estado* e enfrentou, igualmente, uma importante divisão de posições no campo político daqueles que, até então, estavam todos unidos na oposição à ditadura - divisão esta aberta com a reformulação partidária.

No período da “transição democrática”, o Estado, que normalmente tratava os movimentos populares combativos à base da *repressão*, passa a ter uma prática mais *populista* e *assistencialista*, instrumentalizando a participação popular. O fato de partidos de oposição conquistarem governos em diversos estados e municípios não significou que as reivindicações dos movimentos populares, a partir de então, fossem necessariamente atendidas e que todos eles passassem a estabelecer um mesmo tipo de relação com o Estado. Com efeito, na oposição havia também *diferentes concepções e posicionamentos* sobre o papel social e político do movimento popular e de sua prática em relação aos governos, partidos e igrejas.

É nesse período da década de 80 que vão crescendo, também, inúmeros movimentos que têm como questão-de-fundo o embate contra ideologias e manifestações culturais que discriminam, oprimem e marginalizam negros, mulheres, portadores de deficiências e outros grupos sociais.

Neste contexto, por volta do ano de 1985, as parcelas mais combativas dos movimentos populares enfrentavam dois leques de dificuldades.

Por um lado, os movimentos não tinham *capacitação técnica e política* para desempenhar seu papel de interlocutores junto ao Estado. Assim, por exemplo, a reivindicação pelo não aumento do

preço da passagem de ônibus era respondida pelos governos locais com base em planilhas complexas de cálculo do desgaste de equipamentos, índices de custos de insumos, etc., que por trás de todo um conjunto complicado de fórmulas e equações escondiam a exploração capitalista realizada por empresas privadas na área do transporte coletivo. Além dessa fragilidade técnica, evidenciava-se igualmente uma fragilidade política: as reivindicações dos movimentos - por falta de uma definição mais precisa de objetivos históricos e estratégicos - ficavam apenas no caráter conjuntural, imediato, não avançando para intervenções sobre elementos mais estruturais da organização da cidade e da sociedade.

O segundo leque de dificuldades dos movimentos populares naquele período relacionava-se à *fragmentação e dispersão das lutas*. A multiplicação de movimentos, atuando em prol dos mais diversos objetivos e com distintas formas de organização, levou a uma grande dispersão de forças em várias áreas. Neste quadro, em que também ocorria a migração de lideranças do movimento popular para o movimento sindical e partidário, inúmeros militantes acabavam participando de vários movimentos simultaneamente, tendo um grande desgaste pessoal e familiar, com agendas extremamente sobrecarregadas.

Com esse duplo leque de problemas, entre outros, o movimento popular refluí e entra em crise, percebendo a necessidade de melhorar a sua capacitação técnica e política, e de formular uma estratégia que lhe possibilitasse intervir em tantas áreas diferenciadas sem reduzir o poder de fogo em cada uma delas, superando a fragmentação e dispersão.

A tentativa de superação dessas dificuldades estratégicas levou, por um lado, à organização de *movimentos nacionais* como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras, o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, o Movimento de Defesa dos Favelados, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, entre tantos outros; à organização de *articulações nacionais de movimentos e de militantes em torno de questões específicas* como a Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), a Articulação Nacional da Luta pelo Transporte (ANLUT); à organização de algumas Federações de Associações de Moradores e de uma Confederação Nacional dessas Associações (CONAM); bem como à

manutenção de espaços voltados à *articulação de movimentos diversos*, como a Articulação Nacional do Movimento Popular e Sindical (ANAMPOS). Se os movimentos nacionais e as articulações que aglutinavam um determinado movimento específico contribuíram para superar o isolamento entre atores diversos de um mesmo tipo de movimento facilitando o intercâmbio e fortalecimento nacional de algumas lutas específicas, pouco contribuíram, naquele momento, para a superação da fragmentação entre os diversos movimentos constituídos em torno de questões próximas, mas que permaneciam organizativamente isolados, como por exemplo, saúde, habitação e infra-estrutura em geral.

A partir de 1986, com a implantação do Congresso Nacional Constituinte e com as brechas conquistadas para a participação dos Movimentos Sociais-Populares no processo de elaboração da nova constituição, os movimentos foram obrigados a atuar com firmeza no embate institucional e *substituir a simples reivindicação de soluções localizadas e conjunturais* para seus problemas pela elaboração - com assessoria técnica - de emendas populares de lei que buscavam a *resolução desses problemas forçando transformações estruturais em nível nacional*. Assim, naquela conjuntura, a luta reivindicatória que durante vários anos havia acumulado experiência em diversas áreas específicas, como infra-estrutura, saúde, educação, transporte, moradia, questão agrária, etc., era sistematizada para o novo embate, que agora se dava no espaço da *ação institucional*. As emendas populares eram, de certa forma, expressão dos conhecimentos acumulados nos diversos campos da *luta direta*, reorganizados numa perspectiva política mais estratégica e numa formulação técnica apropriada.

O que ocorre de mais interessante, porém, é que, em vários casos, *reivindicações de movimentos diversos eram articuladas em uma única emenda*. A emenda da Reforma Urbana, por exemplo, tratava tanto da ocupação de terras urbanas quanto da disposição de equipamentos públicos - como postos de saúde, escolas, etc. -, como da participação popular no planejamento permanente das cidades, o que envolve, entre outras coisas, a definição de novas linhas de transporte e a localização de novas creches.¹⁹ Por sua vez, a emenda

¹⁹ “O ideário do Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU) – organizado no início dos anos 80 e consolidado a partir de 1985 por

pela Reforma Agrária obteve 1 milhão e 200 mil assinaturas de eleitores em uma campanha integrada pela Abra, Contag, CPT, CUT e MST com a viva atuação de muitos outros movimentos e organizações populares do campo e da cidade em todo o país.

Se *na prática*, por um lado, o que estava acontecendo era a *unificação de várias lutas em torno de alguns eixos estratégicos*, por outro lado havia a *articulação de inúmeros movimentos* se entre-apoiando na conquista de assinaturas para apresentarem as emendas ao Congresso Constituinte.

Depois de encerrada aquela fase da Constituinte em nível federal e de promulgada a nova Constituição, os movimentos foram novamente se desarticulando.

Mas, no interior da Anampos, estava cada vez mais clara a importância de uma Central de Movimentos Populares que articulasse os movimentos e contribuísse para a unificação das lutas em torno de eixos estratégicos, fortalecendo a mobilização popular na ação direta e que, na interlocução institucional, avançasse na proposição de projetos, política e tecnicamente bem elaborados, para articular, na luta concreta (direta e institucional), o atendimento de demandas

ocasião da elaboração da nova Constituição Federal (1988) – pode ser sintetizado em quatro conteúdos básicos: a obrigação do Estado de assegurar os direitos urbanos a todo cidadão, definindo uma série de novos direitos para garantir o acesso à moradia, à infraestrutura e aos serviços urbanos; a submissão da propriedade à sua função social, por meio do estabelecimento de instrumentos para a regulação pública do uso do solo urbano; o direito universal à cidade, a partir do princípio de que ela é um produto histórico e fruto do trabalho coletivo, o que pressupõe a adoção de políticas locais redistributivas mediante a inversão de prioridades nos investimentos públicos; e a gestão democrática da cidade com a participação dos habitantes na gestão local, complementando o instituto da democracia representativa. O MNRU apresentou Proposta de Emenda Popular à Constituinte de 1988 contendo 23 artigos (consignada por 150 mil assinaturas recolhidas em todo o país) e obteve êxito parcial em seu objetivo de luta pela Reforma Urbana através da Função Social da Propriedade e da Cidade (Artigos 182 e 183 da CF). Esses artigos foram regulamentados recentemente (2001) constituindo o chamado ‘Estatuto da Cidade’.” Luciano FEDOZZI. “Práticas Inovadoras de Gestão Urbana: o paradigma participativo”. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 100, p. 98, jan./jun. 2001

imediatas dos movimentos com o enfrentamento das estruturas de reprodução do capital, pressionando o Estado e combatendo as ideologias de exploração e dominação.

Segundo a *concepção estratégica de movimento popular* – que veio sendo explicitada na Anampos ao longo desse período e que sintetizamos nos próximos parágrafos, recolhendo igualmente acúmulos de elaboração sobre o tema no interior da Central de Movimentos Populares –, inclui-se sob o conceito de movimento popular todos os movimentos que atuem na área de reprodução social e no campo ideológico-cultural que são formados pelas camadas populares exploradas e dominadas, que se mobilizam para transformar a realidade em seu próprio interesse, mas que podem contribuir no processo de transformação da sociedade com um todo em favor do bem comum, do interesse público. Assim, compõe o movimento popular as organizações, grupos e movimentos não confessionais, que se organizam ao âmbito da sociedade civil e que atuam na área de circulação e consumo de mercadorias, bens de uso coletivo, como escolas, postos de saúde, creches, etc., equipamentos e serviços que são de responsabilidade do Estado; organizações, grupos e movimentos que se embatem diretamente contra o capital na área da reprodução social, como o caso dos movimentos de ocupações de terras, transportes, educação, saúde; ou ainda aquelas entidades, grupos ou movimentos que enfrentam as ideologias e as culturas de dominação nas lutas políticas do cotidiano, como movimentos negros, de mulheres, de portadores de deficiências, etc.

As orientações últimas dessa concepção estratégica são: superar o estágio reivindicatório, fazer crescer a consciência nas lutas; superar o corporativismo; conquistar melhores condições de vida para a população; articular as diversas lutas a partir de um projeto estratégico; compor as lutas imediatas com os objetivos históricos de transformação estrutural da sociedade; fortalecer as entidades do movimento popular para que possam contribuir no processo de transformação da sociedade; superar as relações de exploração e dominação; que a população venha a reorganizar a circulação e o consumo para que sejam ecologicamente sustentáveis e socialmente justos, bem como gerir o conjunto os equipamentos e serviços públicos; superar o sistema capitalista de produção econômica e de reprodução social e cultural.

Essa concepção estratégica defende como princípios de conduta do movimento popular: a democracia, a autonomia, a representatividade, ser classista, ser combativo, de bases e de massas.

Respeitando-se essa composição, orientações e princípios, propõe-se, então, aos movimentos populares, no processo de construção da Central de Movimentos Populares, a sua articulação em torno de alguns eixos para desenvolverem lutas conjuntas, prioritárias e unificadas em nível de cada município, de cada estado e do país, numa perspectiva que atenda demandas imediatas da população ao mesmo tempo em que afete estruturas capitalistas na área da reprodução social, pressione o Estado e combata as ideologias de exploração e dominação. Tais lutas e eixos passam a ser definidos democraticamente pelos próprios movimentos em plenárias e fóruns conjuntos.

Pode-se dizer que a afirmação de eixos de luta, como mediação entre as demandas sociais imediatas e os objetivos estratégicos do projeto político democrático e popular é a peça chave na articulação dos movimentos sociais-populares, unificação de suas lutas e na disputa de hegemonia na consolidação do projeto político democrático e popular. Uma análise correta das estruturas de reprodução do capitalismo brasileiro é considerada imprescindível para que os eixos de luta unifiquem as lutas em torno de objetivos realmente estratégicos no seu enfrentamento. As lutas pela Reforma Urbana, Reforma Agrária e pela Cidadania - eixos de luta definidos na II Plenária Nacional e no I Congresso Nacional da CMP – necessitam, para serem implementadas, de movimentos articulados entre si em *plenárias* democráticas e que debatam suas propostas com os demais movimentos e entidades populares da sociedade civil nos *fóruns populares*.

Alguns Eixos de Lutas nos Anos 90

Após as plenárias de movimentos populares em nível municipal, regional e estadual que ocorreram em 1990, envolvendo cinco mil participantes em 18 estados, realizou-se a I Plenária Nacional em agosto, em Brasília, com cerca de 300 delegados, debatendo-se a concepção e papel de movimento popular, a construção da Central, eixos de luta, estrutura e funcionamento. Em 1991 e 1992, a Pró-

Central se organizou em 20 Estados, promovendo jornadas em nível nacional, como a *I Jornada de Lutas pela Terra*, realizada em julho de 1991, juntamente com o MST e a CUT. Teve uma presença atuante em inúmeros municípios articulando movimentos, unificando lutas e contribuindo para qualificar a intervenção do movimento popular. Participou ativamente na elaboração da proposta do Fundo Nacional de Moradia Popular, na coleta de assinaturas e na direção da Caravana de Movimentos Populares à Brasília, com outras entidades populares. Coordenou, juntamente com ONG's e entidades nacionais o Fórum Nacional de Reforma Urbana, que fez parte do Fórum Global como atividade paralela a Eco92; promoveu conjuntamente com outras entidades algumas jornadas nacionais sobre a questão da mulher, da saúde e previdência e, em conjunto com a CUT, o MST e outras entidades, organizou a *II Jornada de Lutas pela Terra* em julho de 1992. Avançava-se, portanto, com essas jornadas de luta pela terra, no fortalecimento dos eixos de luta da Reforma Agrária e da Reforma Urbana.

Os resultados desse processo de acúmulo de lutas e elaboração repercutiram na II Plenária Nacional de Movimentos Populares, realizada em 1991, em São Bernardo do Campo. Contando com 259 participantes, o evento envolveu cerca de 10 mil pessoas nas plenárias de base, que puderam refletir sobre a identidade do movimento popular, sua história de lutas no Brasil, a riqueza de sua diversidade e complementariedade, a importância de sua articulação e unificação de lutas, a conjuntura que o país atravessava, os desafios colocados para os movimentos populares e como enfrentá-los. Os pontos altos da II Plenária foram a definição de eixos, bandeiras e formas de luta em nível nacional e as definições sobre a estrutura da Central.

Em outubro de 1993, realizou-se em Belo Horizonte o I Congresso Nacional de Movimentos Populares, com cerca de 950 participantes, ocasião em que a Pró-Central deu lugar à Central de Movimentos Populares, tendo sido, pois, a Central construída no bojo do processo mesmo de articulação de movimentos e unificação de lutas. No ano seguinte, ocorre em Guarapari a I Plenária Nacional de Lutas. O documento “Propostas de Políticas Públicas” é publicado em 1995 e atualizado 1997, sintetizando as lutas dos movimentos populares que compõem a CMP na perspectiva de propostas para a elaboração de políticas públicas. Em março de 1996, realiza-se o I Congresso Nacional da Central de Movimentos Populares, em Praia Grande,

definindo-se como eixos de luta: Reforma Urbana sob o controle dos trabalhadores; Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores; Luta pelos Direitos Humanos e Cidadania. Quanto ao caráter da Central, afirma-se que “(...) a CMP deve confirmar o caráter de articulação de movimentos, direção de lutas gerais; mobilização em nível nacional e formulação de políticas junto com os movimentos populares, apontando caminhos globais para as lutas, cabendo aos movimentos específicos definirem suas políticas.”²⁰

As características Fundamentais de um Eixo de Lutas

Sinteticamente pode-se afirmar que um eixo de lutas próprio ao campo democrático e popular: a) permite aglutinar diversos atores sociais em um movimento orgânico (movimento sindical, movimento popular, ONGs, população desempregada, segmentos excluídos, etc.); b) atende demandas imediatas desses atores por emprego de sua força de trabalho e por satisfação de suas demandas por consumo e qualidade de vida e demais bandeiras de luta pelas quais se organizam; c) nega estruturas capitalistas de exploração do trabalho, de expropriação no consumo, de dominação política e cultural, que em alguma medida mantém tais demandas insatisfeitas ou cuja satisfação ocorre como mediação de concentração de capital por parte de quem as pode satisfazer; d) implementa uma nova forma de produzir, consumir e conviver compatível com uma sociedade pós-capitalista de caráter solidário e ecologicamente sustentável. Pode-se definir eixos estratégicos que articulem diversas lutas e bandeiras específicas peculiares ao movimento sindical, aos movimentos populares urbanos, aos movimentos camponeses ou eixos capazes de integrar o conjunto desses movimentos em lutas concretas, tanto na ação direta quanto institucional.

De fato, é necessário estabelecer *eixos de luta* em torno dos quais os movimentos se articulem desenvolvendo lutas que avançando nas resoluções das necessidades imediatas acumulem forças para irem implementando transformações estruturais, ou pelo menos construindo o consenso na sociedade da necessidade de tais mudanças. Portanto, um eixo de luta deve articular as lutas imediatas, conjunturais, de maneira tal que passem a ter um peso estratégico,

²⁰ CMP. *Relatório do I Congresso Nacional da CMP*. São Paulo. 1996.p. 04.

afetando as estruturas do capitalismo²¹.

Assim, um eixo de luta reúne diversas lutas fragmentadas sobre questões específicas em uma luta mais ampla assumida pelos vários movimentos específicos que passam a desenvolver ações articuladas em torno de tal eixo, sem negar suas outras bandeiras particulares. Desta forma, todas as lutas específicas reunidas em torno daquele eixo são fortalecidas por serem tratadas com um caráter estratégico, avançando na luta por mudanças estruturais que resultem na conquista das diversas lutas específicas.

Normalmente cada movimento possui as suas bandeiras de lutas. Tais bandeiras, quase sempre, expressam os objetivos que o movimento quer atingir, por exemplo, na questão da saúde, educação, moradia. Contudo, é possível paleativamente atender-se - e mesmo melhorar

²¹ Vale lembrar que o projeto neoliberal hegemonizou a política brasileira, particularmente de 1989 a 2002, em razão da adesão de grande parte da sociedade a alguns eixos de luta da classe dominante, tais como as privatizações e a ampla abertura ao capital internacional, apresentadas como formas alcançar demandas imediatas da população, especialmente combater a inflação, gerar emprego e redirecionar a atenção do estado para a saúde, educação e áreas sociais. A implementação desses eixos, por outra parte, não apenas atendeu a *interesses imediatos das classes dominantes* com a aquisição de empresas públicas a baixo-preço, facilitação da movimentação de capitais e obtenção de lucros gigantescos no sistema financeiro graças à elevação das taxas de juros – igualmente apresentada como alternativa necessária para conter a inflação – mas especialmente atendeu a *interesses estruturais dessa mesma classe*, debilitando a capacidade do Estado em assegurar o interesse público frente aos interesses privados, particularmente do grande capital internacional. Assim, por exemplo, o desafogamento de demandas nos campos de saúde e de educação na rede pública deveu-se, em grande medida, pela multiplicação de empresas privadas nesses setores ampliando o seu atendimento não apenas para as elites, mas chegando às camadas médias com serviços de qualidade inferiores, visando primeiramente o lucro e não o interesse público. É justamente o enfraquecimento estrutural do Estado em assegurar serviços públicos, gratuitos, universais e de qualidade o que amplia a demanda dos serviços correlatos oferecidos por empresas privadas com fins de lucro. Assim tais eixos de luta integravam demandas populares, tal como o combate à inflação, a objetivos imediatos das classes dominantes, como elevação das taxas de juros, e consolidavam estruturas basilares à ampliação da acumulação privada de lucro no atendimento de serviços tradicionalmente considerados como de responsabilidade pública.

consideravelmente - a situação de saúde, moradia, educação da população em geral, sem modificar, entretanto, as estruturas capitalistas de exploração e de concentração de riquezas no atendimento dessas necessidades sociais, especialmente com a privatização do Estado e dos serviços públicos, mantendo-se segmentos excluídos do seu acesso. É inegável que o movimento de mulheres conquistou muitas creches no Brasil nesse período, que o movimento de luta contra o desemprego conquistou algumas alternativas para os desempregados em 1984 e 85; que inúmeras favelas e ocupações organizadas são, hoje, áreas regulamentadas; que novas linhas de ônibus são abertas a cada dia sob pressão dos movimentos populares; etc. Mas é inegável, igualmente, que a exploração capitalista, estruturalmente, permaneceu do mesmo jeito e que grandes parcelas da população continuam excluídas de condições dignas de moradia, saúde, educação e transporte – sem terras para plantar ou morar, tendo, na prática, negados diversos direitos constitucionalmente afirmados. Considere-se ainda que inúmeros vereadores, deputados, prefeitos e políticos em geral, se reelegem periodicamente por atenderem clientelisticamente algumas reivindicações de movimentos sociais, favorecendo por outra parte aos interesses de grupos econômicos, empreiteiras e empresas, que se beneficiam na implementação das soluções voltadas ao atendimento dessas reivindicações. Isso ocorre porque os movimentos não articulam suas lutas em torno de eixos de luta estratégicos que avancem para mudanças estruturais.

Portanto, definir um eixo de luta não é apenas encontrar uma luta prioritária que, em um dado momento mobilize muitas pessoas e movimentos em ações conjuntas. Mais do que isso, um eixo de luta deve sempre ligar a realidade imediata, conjuntural, aos objetivos estratégicos de construção das novas relações sociais, econômicas, políticas e culturais que se deseja efetivar em uma sociedade democrática e popular, em seu enfrentamento cotidiano do modo capitalista de produção e de reprodução social, implantando-se assim progressivamente o *socialismo democrático* – isto é, a efetivação da democracia em todas as esferas da sociedade – nos campos econômico, político e cultural. Para tanto, é necessário afetar-se as estruturas econômicas, políticas e culturais que sustentam a reprodução do capitalismo e ir introduzindo outras, que se deseja efetivar plenamente com a sua superação sistêmica. Essa progressiva efetivação é a passagem do capitalismo ao socialismo democrático

pela via da democracia popular. Isso somente ocorrerá, contudo, quando os movimentos e organizações do setor popular da sociedade civil estiverem articulados em torno de eixos de luta, mobilizando a população, fortalecendo suas próprias organizações e aprimorando o trabalho de formação política de bases e de massas nas lutas do cotidiano de cada movimento.

Alguns eixos de lutas na primeira década de 2000

O grande desafio dos movimentos e organizações do campo popular em nosso momento histórico é estabelecer nacionalmente e internacionalmente alguns eixos de luta em torno dos quais possamos articular nossas forças de maneira estratégica, avançando na conquista de nossos objetivos imediatos e de longo prazo.

Seguramente, ao menos seis eixos de luta contribuiriam para a articulação de movimentos e a realização de lutas unificadas no Brasil e América Latina: Reforma Agrária, Reforma Urbana, Economia Solidária, Redução da Jornada de Trabalho, Defesa da Cidadania e Democratização do Estado.

1) A reforma urbana, como eixo de lutas: a) atende as demandas imediatas por moradia, saúde, transporte e saneamento, entre outras; b) combate a especulação imobiliária e o acúmulo de capital pelas empresas que prestam serviços urbanos – enfrentando a expropriação capitalista cotidianamente operada nas atividades de reprodução social, tais como: moradia, abastecimento, saúde, transporte, etc.; c) democratiza o uso do solo, garante a participação popular no planejamento da cidade, na gestão do orçamento, bens e serviços; atua na reorganização do território e na sua reapropriação social.

2) A reforma Agrária, como eixo de lutas: a) atende as demandas imediatas por terra para plantar e morar, trabalho e sustentação econômica das famílias de agricultores; b) combate o latifúndio e o acúmulo de capital dos que usam as terras como estoque de valor; c) democratiza a propriedade fundiária e fortalece formas de economia solidária, garante acesso à terra como meio produtivo, crédito para plantio e beneficiamento, infra-estrutura para o escoamento da produção, políticas de comercialização e transferência tecnológica, garantia da vida e crescimento humano dos trabalhadores rurais:

escolas, hospitais, espaços de lazer, segurança pública, seguridade social em seu conjunto, etc.

Em geral, ambas – reformas agrária e urbana – devem: enfrentar a concentração das terras como estoque de valor e o não cumprimento de sua função social, seja como meio de produção, seja como suporte de edificação; proteger, em toda a sua rica diversidade, o equilíbrio dinâmico dos ecossistemas, conforme a realidade de cada território.

3) A Economia Solidária, como eixo de lutas: a) Atende a demanda de milhões de pessoas por trabalho, renda e melhores condições de consumo, assegurando os meios materiais para o bem-viver das pessoas. b) Enfrenta o capitalismo em suas estruturas tanto econômicas – de produção, consumo e finanças – quanto ideológicas, combatendo o individualismo, a concorrência, a exploração dos trabalhadores e a expropriação dos consumidores. c) Implanta um novo modo de produzir e consumir em que o bem-viver das pessoas, a realização mais plena de sua liberdade eticamente exercida vem em primeiro lugar e não a realização de lucros, promovendo a propriedade coletiva dos meios de produção e a autogestão das empresas pelos trabalhadores. Os excedentes gerados são compartilhados em práticas de micro-crédito permitindo o surgimento de novos empreendimentos produtivos e de organizações populares e solidárias de consumidores, remontando as cadeias produtivas, expandindo o setor da economia solidária na oferta de produtos, serviços, insumos, crédito e bens de investimento. A expansão da economia solidária em redes de colaboração permite fazer surgir um sistema econômico pós-capitalista, capaz de impor um novo rumo à globalização atual.

Cabe, pois, no eixo da Economia Solidária:

- promover o bem-viver do conjunto da população sob estratégias socioeconômicas que distribuam a riqueza material e cultural, garantindo às pessoas o acesso às condições requeridas para sua realização pessoal e social;
- ampliar a apropriação social da riqueza produzida, ampliar a longevidade, o acesso ao conhecimento e à diversidade de culturas como fruto de um modo solidário de viver, em que a dignidade de cada pessoa é respeitada e promovida em todas as suas dimensões;
- assegurar aos cidadãos o direito a consumir produtos materiais e imateriais solidariamente elaborados e zelar pela qualidade técnica e

ambiental destes, resguardando a saúde pública e o equilíbrio dinâmico dos ecossistemas.

4) A redução da jornada de trabalho sem redução de salário, como eixo de lutas: a) aumenta a oferta de vagas de trabalho; b) diminui o acúmulo de mais-valia pelo capitalista, combatendo a exploração do trabalho; c) gera maior tempo livre para os trabalhadores.

5) A cidadania, como eixo de luta: a) combate toda forma de discriminações, preconceitos e violação de direitos legítimos e princípios éticos; b) combate a cultura, padrões e comportamentos alienantes que justificam a exploração e dominação das massas sociais, de segmentos específicos da população ou a reprodução de práticas cotidianas de opressão; c) afirma uma nova ética que exige transformar as relações de poder na vida cotidiana, na esfera privada, bem como na gestão da coisa pública, fomentando uma cultura popular libertadora, a desalienação da sensibilidade ética e estética, afirmando a solidariedade e a justiça como objetivos últimos das ações.

No campo do Direito, trata-se de inverter as prioridades tradicionais do desenvolvimento, visando efetivar-se o quanto antes os direitos dos segmentos mais injustiçados, econômica, cultural e socialmente; assegurar a todos os cidadãos e cidadãs a proteção do conjunto de seus direitos – realização efetiva dos direitos humanos, como valores fundamentais, que se desdobram em leques de direitos, relacionados ao indivíduo, à coletividade e ao gênero humano: a) direitos civis e políticos; b) direitos coletivos, econômicos, sociais e culturais; c) direitos de fraternidade; d) direitos à democracia, à informação e ao pluralismo.

No campo da Ética, visa-se promover a realização plena do ser humano, o respeito à sua identidade e realização subjetiva; tratar da legitimidade dos *direitos* e promover uma nova *ética* que enfrente as diversas formas de discriminação de gênero, raça, orientação sexual, idade, condição física e mental, de imposição de padrões estéticos e todas as formas de dominação cultural.

6) A democratização do Estado, como eixo de lutas: a) assegura a *Participação Popular* que se concretiza no orçamento participativo e no planejamento permanente das políticas públicas nos diversos

níveis e, particularmente, em nível municipal, na reorganização do zoneamento urbano; b) Combate a *privatização do Estado*, impedindo que investimentos públicos sejam feitos com o objetivo de ampliar o acúmulo de capital por grupos econômicos a serviço do Estado e que dele se beneficiam; c) assegura a *democratização do Estado*, com a descentralização do poder e a criação de canais de participação popular, que possibilitam a *gestão participativa*.

Conclusão

A história dos movimentos populares nos anos 80 e 90 evidenciou que o sucesso das lutas populares no enfrentamento estrutural (e não apenas conjuntural) dos seus problemas e que o sucesso das disputas de hegemonia – na perspectiva de implementar-se um projeto de democratização substantiva da sociedade brasileira –, exige a definição adequada de eixos de luta, capazes de promover a articulação de movimentos e organizações sociais-populares – respeitando-se sua natureza e forma organizativa heterogêneas – em lutas unificadas, facilitando a aglutinação da sociedade em torno desses objetivos e pautando neles o núcleo fundamental da interlocução com o Estado. Para que se materialize como um eixo de lutas do campo democrático e popular é preciso que em sua conquista, progressiva ou final: a) seja capaz de atender a demandas imediatas de parcelas da população e/ou de diversas organizações populares, sendo portanto um elemento de forte mobilização e aglutinação de atores diversos; b) tenha incidência sobre as estruturas recorrentes de exploração e dominação, combatendo-as e fragilizando-as; c) implemente com sua realização, em alguma medida, elementos da nova sociedade que se deseja construir. Em outras palavras, a efetivação dos eixos de luta popular leva a transformações estruturais que, progressivamente, com um acúmulo de forças sociais cada vez maiores, possibilitam democratizar profundamente as relações econômicas, políticas e culturais, avançando progressivamente na implantação de sociedades pós-capitalistas, no horizonte do socialismo democrático com base no fortalecimento do poder popular, isto é, de um Estado cada vez mais substantivamente democrático graças à participação popular. Esses eixos, que permeiam a relação de enfrentamento ou de aliança dos setores populares da sociedade civil com os governos eleitos são imprescindíveis para que os governos com perfil popular possam avançar na sua consolidação como

Governos Democrático-Populares e não se percam em ações políticas que, por não incidirem sobre as estruturas sistêmicas de exploração, expropriação e dominação e por não contribuírem para a sua superação, acabem por se caracterizar como Governos Social-Democratas.

O avanço da transformação do Brasil rumo ao socialismo democrático depende, em grande medida, da capacidade da sociedade brasileira em construir eixos de luta estratégicos que norteiem a disputa de hegemonia, levando os governos a promover transformações estruturais, graças à ampla participação democrática da sociedade civil, tanto na ação direta quanto na ação institucional.

Essa é uma das lições que se pode aprender com a reflexão sobre a trajetória de articulação das lutas dos movimentos populares e sindicais no Brasil ao longo das décadas de 1980 e 1990.